

Pedagogia da Terra e Desenvolvimento Sustentável: Arranjos Possíveis

Elda Alvarenga¹

Rossiene Santos Sarlo²

“A Mediação Pedagógica deve nos levar à mediação entre:

- o imediato e o mediato,
- o próximo e o distante,
- o mais sentido e o menos sentido,
- o privado e o público,
- o pessoal-familiar e o público,
- o individual e o organizativo,
- a dispersão e a presença na sociedade civil,
- um horizonte de compreensão e outros,
- um eu, um você e um nós,
- o micro e o macro”.

Prado, 2008, p. 59

Os processos educativos são, via de regra, um campo fértil para a construção, socialização e críticas de ideias, ideais e projetos. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a necessidade urgente da construção de um mundo sustentável, nos reportamos à contribuição que a Pedagogia pode oferecer na busca desse projeto.

Não podemos deixar de pontuar que é preciso rever o modo como pensamos o mundo, o planeta Terra. Ainda temos subjacente ao nosso pensamento a concepção linear do mundo, que é derivada da ciência mecânica. Visão essa que vem se abrindo “para novas formas de compreensão, interpretação e expressão do universo como consequência da Teoria da Relatividade e da dimensão quântica da realidade” (PRADO, 2008, p 29).

As descobertas do novo paradigma científico ‘provocaram uma profunda mudança em nossa visão do mundo, passou-se da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística e ecológica’³. Essas descobertas e conceitos ‘nos convidam a ver e analisar a realidade a partir de novas fundamentações, dentro das quais cabe ressaltar a noção diferente da ideia de desenvolvimento. Pela via da própria mudança

¹ Pedagoga, Mestre em Educação, Professora Curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha/ES

² Pedagoga, Mestre em Educação, Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha/ES

³ Capra, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix, 1995, p. 13.

científica, estamos começando a redescobrir o valor dos elementos presentes em nossa cultura, que amiúde tínhamos considerado como empecilhos do passado, obstáculos para a mudança, e parte do tradicionalismo que impede a modernidade”⁴ (PRADO, 2008, p. 29).

Novas formas de significar o mundo começam a surgir e devem permear o pensamento dos que fazem a educação, dos que são responsáveis pelo desenvolvimento de nossas crianças. Essas novas formas supõem, como nos assegura Leonardo Boff (1996, p. 30), “novos modos de ser, de sentir, de pensar, de valorizar, de agir, de rezar”, que trazem consigo novos valores, novos sonhos e novos comportamentos que vem sendo assumidos por um número maior de pessoas e de comunidades.

O debate sobre a contribuição da educação para a sustentabilidade tem crescido nos últimos anos, mas ainda está longe de alcançar o destaque que merece tanto nas políticas públicas de educação ambiental como em iniciativas do setor privado. Ninguém duvida de que a escola é produtora destacável de lixo e que a utilização de metodologias inovadoras pode reduzir consideravelmente não somente o consumo como também o desperdício de matérias-primas, mas o que desejamos refletir, nesse texto, é sobre o potencial formador e transformador presente nas práticas educativas que, acreditamos, são capazes de impulsionar práticas cotidianas emancipadoras, críticas à ordem predatória do meio ambiente, presente na atual fase de desenvolvimento capitalista.

Certamente não pretendemos responsabilizar os processos educativos pela crescente degradação ambiental em que nos encontramos, mas refletir sobre as possibilidades de a educação – mais especificamente a escola – contribuir para a cultura da sustentabilidade por meio de uma pedagogia da terra ou da ecopedagogia. Para isso, este texto está dividido em partes. Na primeira, analisamos os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Na segunda, refletimos sobre os princípios da educação ambiental e da ecopedagogia e as contribuições desta para a cultura de sustentabilidade. Por fim, na terceira e última parte, analisamos o papel da escola na construção de práticas educativas socialmente comprometidas com a preservação sócio-ambiental do Planeta.

⁴ Vio Grossin, Francisco. La sociedad ecológica. Nuevos paradigmas, ecología y desarrollo. In: CONTRERAS, Carlos (org.). *El desarrollo social, tarea de todos*. Santiago de Chile, Comisión Sudamericana de Paz, Seguridad y Democracia, 1944.

Desenvolvimento sustentável: as várias faces de um conceito

O destino da humanidade depende em grande medida da capacidade que tivermos de assumir a planetariedade como condição dos processos sociais, como afirma Manuel Formoso *apud* Prado (2008). Boff, ao participar do Fórum Global da ECO 92, disse que assumir a planetariedade envolve e tem como pré-requisito a construção e execução de um projeto de civilização. Salaria que “a salvação do planeta e de seus povos de hoje e de amanhã requer a elaboração de um projeto civilizatório” (BOFF, 1992, *apud* PRADO, 2008, p. 37).

Para Nascimento (2001), educação e desenvolvimento são frutos da sociedade Moderna, termos geralmente concebidos como distintos, mas sempre apresentados juntos. Dessa forma, afirma o autor, são dois fenômenos ou processos sociais pensados articuladamente, um remetendo ao outro, sem, no entanto, deixarem de ter as próprias identidades (p. 96). Nascimento afirma também que desenvolvimento e educação são questões complexas e múltiplas, por isso, podem ser abordados conceitualmente de formas diferentes.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979, o que, segundo Gadotti (2000, p. 57), indicava que “desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas”.

Para Gadotti (2005), o conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro, assim,

Esse conceito tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, em que os países do globo foram divididos entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “sub-desenvolvidos”, [...] remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação de bens materiais. Metas de desenvolvimento foram impostas pelas políticas econômicas neo-colonialistas dos países chamados “desenvolvidos”, em muitos casos, com enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego (GADOTTI, 2005, p. 22, grifos do autor).

Pelicioni (1998) alerta para o fato do conceito de desenvolvimento sustentável ser discutido e utilizado com abordagens bastante diferenciadas, inclusive “as posições político-pedagógicas que defendem os interesses capitalistas e de manutenção da situação sócio-econômica cultural atual, com todas as desigualdades e com o injusto processo de exclusão crescente que a caracteriza” (p.25). Para Diegues (1992), citado por Pelicioni (1998), a conceituação de sociedades sustentáveis exige a elaboração de novos paradigmas, à medida que baseia-se,

Na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida com opções econômicas e tecnológicas diferenciadas voltadas principalmente para o desenvolvimento harmônico das pessoas e de suas relações com o conjunto do mundo natural (PELICIONI, 1998, p. 27).

Nesta mesma lógica, Jacobi (2003) defende a ideia de cidadania sustentável, por acreditar que esta representa a possibilidade de se promover mudanças sócio-políticas, que preservem os sistemas ecológicos que sustentam as comunidades. O autor afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise econômica e identifica duas principais correntes que têm sustentado o processo. A primeira está intimamente relacionada aos pressupostos do Clube de Roma⁵. Este acredita que para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, é preciso congelar o crescimento da população global e do capitalismo industrial. A segunda relaciona-se com a crítica ambientalista ao atual modo de vida na sociedade capitalista, e se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972.

Nesse sentido Jacobi acredita que a ideia de sustentabilidade defende que é preciso limitar as alternativas de crescimento e planejar um conjunto de ações que considerem os determinantes sociais desse processo. Para isso, propõe um processo educativo que garanta o diálogo informado com vistas a fortalecer o sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos, e uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável, que considere as

⁵ O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e , sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. (Retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma).

dimensões culturais e as relações de poder que permeiam as relações sociais, que reconheça as limitações ecológicas, e que questione o padrão predatório de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Como Gadotti (2005), concebemos que desenvolvimento e sustentabilidade são compatíveis e que é possível falarmos em desenvolvimento fora da lógica do capital. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável, como afirma o autor,

[...] é mais do que um qualificativo do desenvolvimento. Vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, mais ainda, com o universo. A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres de sentido e doadores de sentido a tudo o que nos cerca (GADOTTI, 2005, p. 16).

Gadotti lembra Leonardo Boff quando afirma que existe uma visão capitalista do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente que, por ser antiecológica, deve ser considerada como uma “armadilha”. Dessa forma:

Levado às suas últimas consequências, a utopia ou projeto do “desenvolvimento sustentável” coloca em questão, não só o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza, mas o modo de produção capitalista. Ele só tem sentido numa economia solidária, numa economia regida pela “compaixão” e não pelo lucro (GADOTTI, 2005, p. 18, grifo do autor).

Gadotti (2000, p. 61) salienta que “a compaixão deve ser entendida aqui na sua concepção etimológica original ‘compartilhar sofrimento’. Na produção de sua existência, o ser humano divide o peso de forma iníqua: para muitos, a dor e para uma minoria, o máximo de prazer e consumo”.

O sentimento de pertença ao universo não pode se iniciar somente na idade adulta. Desde a mais tenra idade sentimo-nos ligados com algo que é muito maior do que nós. Desde crianças temos a sensação de estarmos ligados ao universo e o espanto diante do mesmo nos assola. Questões e mais questões são levantadas de forma incessante e que nunca terminam. “A educação pode ter um papel nesse processo se colocar questões filosóficas fundamentais, mas também se souber trabalhar ao lado do conhecimento essa nossa capacidade de nos encantar com o universo” (GADOTTI, 2000, p. 77).

Educação ambiental, ecopedagogia, pedagogia da Terra e a cultura da sustentabilidade

É nesse contexto que a concepção da pedagogia da terra, da ecopedagogia e da educação ambiental se fortalecem e ganham corpo no debate educacional, se considerarmos, como Jacobi (2003), que a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar uma nova cultura de direitos, baseada na participação e no envolvimento dos cidadãos, bem como na motivação e na co-participação da gestão ambiental (p. 192).

A cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade necessariamente serão o resultado de um saber e fazer pedagógico que conjuguem a aprendizagem a partir da realidade, da vida cotidiana.

Para concretizarmos uma aprendizagem significativa, que promova a cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade, precisamos estar atentos a objetivos pedagógicos, que devem estar presentes no processo de ensino-aprendizagem como: “facilitar, acompanhar, possibilitar, recuperar, dar espaço, compartilhar, inquietar, problematizar, relacionar, reconhecer, envolver, comunicar, expressar, comprometer, entusiasmar, apaixonar, amar” (PRADO, 2008, p. 60).

Uma sociedade planetária deve caracterizar-se pela abertura, pelo dinamismo, pela interatividade e pela complexidade, e para tanto requer processos pedagógicos igualmente abertos, dinâmicos e criativos. Dessa forma as pessoas, os sujeitos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem devem estar em permanente atitude de aprendizagem, de investigação, participação, na mediação pedagógica. A atitude de aprendizagem sempre está acompanhada do potencial sinérgico que dá ao processo uma trajetória que, embora imprevisível, é sempre vital, intencionada e produtiva (PRADO, 2008, p. 64).

Em pedagogia, afirmamos que a aprendizagem é um fazer e um fazer com resultados concretos, um fazer como parte importante de um processo que se dá na vida cotidiana. Se quisermos comprovar se estamos aprendendo, a forma mais fácil é observar o que produzimos. Este fazer se abre a múltiplas possibilidades, que, embora de caráter qualitativo, lançam sempre produtos que o sistema tradicional não é capaz de gerar (PRADO, 2008, p. 69).

Gadotti (2005) ressalta que precisamos de um novo paradigma que tenha a Terra como fundamento e, nesse sentido, propõe o fortalecimento da ecopedagogia que é definida por ele como “uma pedagogia democrática e solidária” (p. 20). Nas palavras do autor:

Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje, precisamos de uma Pedagogia da Terra, justamente porque sem essa pedagogia para a re-educação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos mais falar da Terra como um lar, como uma toca, para o “bicho-homem”, como fala Paulo Freire. Sem uma educação sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, de nossa contemplação. Mas não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, de “cuidado”(GADOTTI, 2005, p. 20, grifo do autor).

Gadotti (2005) afirma que é no contexto da evolução da própria ecologia que surge a “ecopedagogia”. Ressalta que inicialmente ela era chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável” e que hoje ultrapassou esse sentido. Para ele, “a ecopedagogia está em desenvolvimento, seja como um movimento pedagógico, seja como abordagem curricular” (p. 21). Além disso,

A ecopedagogia também implica uma reorientação dos currículos para que incorporem certos princípios defendidos por ela. Estes princípios deveriam, por exemplo, orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos [...].

[...] Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global, onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral), que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje (GADOTTI, 2005, p. 24).

É Gadotti (2005) ainda que diferencia a ecopedagogia das pedagogias clássicas, devido ao fato de estas últimas serem antropocêntricas e a primeira partir de uma consciência planetária, o que amplia o ponto de vista, “do homem para o planeta, acima de gêneros, espécies e reinos. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária” (GADOTTI, 2005, p.26). Em comparação com a educação ambiental, o autor afirma que a ecopedagogia é mais ampla, à medida que se propõe a formar sujeitos planetários e a possibilitar a concretude das ações defendidas pela educação ambiental.

A escola e a construção de práticas educativas socialmente comprometidas com a preservação sócio-ambiental do Planeta.

Um dos princípios fundamentais da promoção da aprendizagem é a mediação pedagógica em que a vida cotidiana é *locus* privilegiado de aprendizagem. Nos realizamos como seres humanos quando conseguimos abrir e trabalhar os espaços da cotidianidade, tal como nos ensina Maturana:

“Por que me impões
o que sabes
se eu quero aprender
o desconhecido
e ser fonte
em minha própria descoberta? (...)

Não quero a verdade
dá-me o desconhecido. (...)
Como estar no novo
Sem abandonar o presente?
Não me instruas
deixa-me viver
vivendo junto a mim. (...)

Deixa que o novo
seja o novo
e que o trânsito
seja a negação do presente;
deixa que o conhecido
seja minha libertação
não minha escravidão. (...)

Revela-te para que,
a partir de ti, eu possa
ser e fazer o diferente;
eu tomarei de ti
o supérfluo, não a verdade
que mata e congela;

eu tomarei tua ignorância
para construir minha inocência.”

(Humberto Maturana, Oração do estudante. Versos reorganizados pelas autoras.)

Quando nos envolvemos no processo de compreensão, apropriação e expressão do mundo por meio das práticas cotidianas, mediamos espaços que promoverão a aprendizagem, pois de forma intencionada agiremos e tornaremos possível o desenvolvimento de nossas capacidades e dos alunos/as que estão no mesmo processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, cabe afirmar que nos educamos na medida em que abrimos espaços:

- De confiança como atitude básica de relação;
- De aceitação mútua como o jogo essencial das relações;
- De harmonia comigo mesmo, como condição para ser harmônico com os outros;
- De autorrealização pela própria aceitação e pela aceitação dos outros;
- De construção criativa pela ruptura das aparências, e pela autenticidade em tudo o que fazamos;
- Que preencham os vazios existenciais, que, mais que econômicos, são de natureza espiritual;
- Que permitam encontrar sentido e congruência a cada instante de nossa existência (PRADO, 2008, p. 94-95).

Gadotti (2005) afirma que educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, é preciso também em “uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo, da educação como espaço de inserção do indivíduo, não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo” (p. 23).

Nesse sentido, Gadotti questiona,

O que estamos estudando nas escolas? Não estaremos construindo uma ciência e uma cultura que servem para a degradação do planeta e dos seres humanos? A categoria sustentabilidade deve ser associada à planetaridade. A Terra como um novo paradigma. Complexidade, holismo, transdisciplinaridade aparecem como categorias associadas ao tema da planetaridade. Que implicações tem essa visão de mundo sobre a educação? O tema remete a uma cidadania planetária, à civilização planetária, à consciência planetária. Uma cultura da sustentabilidade é, também, por isso, uma cultura da planetaridade, isto é, uma cultura que parte do princípio de que a Terra é constituída por uma só comunidade de humanos, os terráqueos, e que são cidadãos de uma única nação (GADOTTI, 2005, p. 16).

Na mesma linha de pensamento, Lowi (2001) aponta a necessidade de construção de um projeto de contrapoder global que, para ele, representa

[...] a esperança, o projeto realista e possível de um outro mundo, de uma outra economia local, nacional e mundial, voltada para a satisfação das necessidades sociais respeitosa do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, baseada em valores de igualdade, solidariedade, fraternidade, cooperação, ajuda mútua (LOWI, 2001. p.24).

É ainda Lowi (2001) que aponta a necessidade deste projeto criar raízes na realidade concreta local. Para ele é preciso pensar de modo internacionalista e agir localmente. Este é desafio para a construção de práticas educativas críticas e emancipadoras que façam a opção racional pela defesa do planeta contra o capital.

REFERÊNCIAS

EM TEMPO, n. 321, p.1-24. jun./jul. 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 3. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. Pedagogia da Terra e cultura de sustentabilidade. In: **Revista Lusófona de Educação**, 2005, 6, 15-29.

JACOB, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n 118, p. 189-205, março, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio?. IN: BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2001, p. 95-113.

PELICIONI, Maria Cecília F. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. **Saúde e Sociedade**. 7 (2), p. 19-31, 1998.

PRADO, Francisco Gutiérrez Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

MATURANA, Humberto. **El sentido de lo humano**. 8. ed. Santiago de Chile, Domes/Mundo Abierto, 1996, p. 93.